

O PADRE ABEL VARZIM E O SEU TEMPO

ANTÓNIO CEREJO

1. Vocação do Pe. Abel Varzim – salvação da classe operária

O Padre Abel Varzim (Abel Varzim da Cunha e Silva) nasceu em 1902, no Minho, aldeia de Cristelo, concelho de Barcelos, e na infância e juventude passou longas temporadas na Póvoa de Varzim, de onde era natural sua mãe que se fixara em Cristelo como professora primária. Estes curtos dados biográficos fazem desde logo incidir sobre a personalidade do homem de que me proponho falar uma luz sem a qual seria difícil entender alguns dos seus traços.

Aqueles foram os lugares e o tempo próprios para fazer surgir uma vocação sacerdotal totalmente interiorizada mas inevitavelmente sujeita ao contágio da mentalidade tradicionalista de um meio perfeitamente tipificado. A sua disponibilidade apostólica foi um dado sempre presente na sua vida, em atitudes sempre generosas e quase heróicas porque ditadas por uma obediência não cega mas radical por ser o cumprimento do “voto” que jamais quebraria por tê-lo feito diante de Deus em quem acreditava.

Era, porém, natural que o seu ideal religioso sofresse ao princípio, o efeito de algumas distorções provenientes da maneira de pensar e de sentir normal do povo e do clero do seu tempo, que apesar de frequente boa fé, não correspondia em tudo às normas do Evangelho tomadas à letra. Refiro-me especialmente ao individualismo generalizado e agudo. Este reduzia a quase nada não digo a solidariedade (que é palavra de outro dicionário) mas a caridade verdadeira e universal que deveria constituir a vivência autêntica da comunidade cristã.

Falo disto apenas porque vejo o Padre Varzim como um homem que se habituou desde sempre a analisar o seu próprio comportamento e a maior ou menor justeza das suas ideias e não hesitou em corrigir, em qualquer momento, o que lhe parecesse errado.

Em virtude deste individualismo, pensaria no princípio, como os outros, em salvar as almas uma a uma, depois da sua própria. Pelos anos fora, porém, aprendeu a dizer como João o Evangelista: “somos todos irmãos, amemo-nos uns aos outros.”

Desta alteração de mentalidade veio-lhe a descoberta de que a missão que assumiu, de trabalhar pela salvação dos trabalhadores, deveria passar pela “salvação da classe operária”, objectivo que traduziu em divisa que adoptou e honrou até ser demitido do cargo de assistente geral da Liga Operária Católica (LOC), em 1948.

Os intelectuais católicos formados à imagem da tradição cultural religiosa da Universidade de Coimbra, no primeiro quartel do século XX, e que vieram a moldar o pensamento político do Estado Novo, nunca deram um passo no sentido de uma evolução crítica. Para eles, o homem solitário no meio da multidão era a unidade social que lhes cumpria encarar.

Foi durante o tempo que passou na Bélgica, frequentando a Universidade Católica de Lovaina, já pelos seus 28 anos, que o Padre Varzim se apercebeu de que os trabalhadores só podem encontrar e manter uma situação económica, social e religiosa compatível com a salvação, dentro de uma classe operária “dignificada” como ele dizia, resumindo e simplificando.

Em Portugal não se viam as coisas deste modo. Antes pelo contrário. Provo-o com uma história que deve ter deixado rasto nos arquivos das entidades que cito.

O zelo apostólico surgido, em 1934, em redor do Padre Manuel Rocha, enquanto se preparava o terreno para a criação dos organismos operários da Acção Católica Portuguesa levou à conversão de um jovem pedreiro, de cerca de vinte anos, de nome José Maria. O Padre Varzim dedicava-se nessa altura a ajudar o Padre Lopes da Cruz a lançar os fundamentos da Rádio Renascença. Faltou a teimosia dele para ajudar o Padre Rocha a resistir aos superiores eclesiásticos, que intervieram arranando ao rapaz emprego como porteiro da Nunciatura Apostólica, para que não se perdesse de novo. Ainda lá estava em Junho de 1948, quando com outros elementos do Conselho de Redacção de *O Trabalhador* aí fui recebido pelo Núncio, Monsenhor Pietro Ciriaci, para lhe dar conta das circunstâncias da proibição daquele jornal.

Para o Padre Abel Varzim, salvar a classe operária era torná-la capaz de assegurar um ambiente em que os homens pudessem encontrar a salvação. Era torná-la causa instrumental do destino eterno dos homens que a ela pertenciam.

A expressão “divisa” usada naquele tempo, na Bélgica, pelo cónego Cardjin e, entre nós, pelo Padre Manuel Rocha, “destino Eterno e temporal da classe operária”, indicando para esta um destino temporal e eterno, não coincidia exactamente com a de Varzim. Esta, apesar do seu arrojado conteúdo, distanciava-se menos do pensamento peninsular tradicional.

Distanciou-se, porém, o suficiente para só “por equívoco” ter sido tolerada pelas autoridades civis e religiosas até 1948. Nesse ano, decidiram afastar o Padre Varzim das suas funções de assistente geral da LOC e no ano seguinte, o cardeal Cerejeira, perante o conselho geral deste organismo, declarou que nos primeiros tempos da Acção Católica Portuguesa a actuação dos organismos operários assentara num equívoco. Na minha interpretação, este equívoco teria consistido não só

em tomar-se a salvação da classe operária como objectivo do apostolado mas também no empenho casuístico na solução dos problemas dos trabalhadores.

Ao não aceitar a salvação da classe operária como causa final do apostolado e nem ao menos como causa instrumental, o interesse da Hierarquia pela justiça social tornava-se suspeito. Por isto, muitos pensavam que se por milagre estivesse assegurada a salvação das almas dos operários, a doutrina social da Igreja seria desnecessária.

Alguém se expressou assim perante o assistente eclesiástico, numa reunião de militantes da LOC da região de Lisboa que teve lugar em 1944 ou 1945, no Seminário de Almada. O Padre Varzim surpreendido e porque não era esse o seu modo de pensar, respondeu apenas : “por mim não penso assim”. Sabíamos bem que ele não pensava assim, mas esse era na verdade o pensar e mais ainda o sentir de muitos.

A Hierarquia, entre nós, atribuía-se, unicamente, a salvação das almas. Para além disto, pensava num “reinado social de Nosso Senhor” (Patriarca de Lisboa, no discurso de 18 de Novembro de 1933) mas a instauração desse confiou-o, não aos operários da Acção católica mas aos intelectuais do Centro Académico de Democracia Cristã (CADC), como veremos adiante. O único préstimo dos operários, na opinião dos grandes, era criar riquezas para estes e ainda por cima, dentro das fileiras, garantir-lhes a segurança. Para tanto deviam receber o salário mínimo que lhes permitisse exercer as tarefas que lhes impunham.

A união dos operários em função da classe, que tenderia a alterar uma tal situação, era uma tentativa criminosa. A simples utilização da expressão classe operária era suspeita, até mesmo perigosa. O Padre Varzim, vindo da Bélgica, sempre teimou em utilizá-la, mas tomando sempre as suas cautelas. Ao escrever o artigo de fundo do primeiro número de *O Trabalhador*, 2ª série, depois de, no terceiro parágrafo, falar de um reagrupamento de forças para lutar com mais vigor, com mais eficiência, maiores efectivos pela salvação da classe operária, sentiu necessidade de adoçar a expressão, substituindo-a mais adiante pela fórmula “família operária”, acrescentando : “trazemos uma mensagem de amor. Não permitiremos que, nestas colunas, se albergue o ódio.”

Não só os operários como também os organismos operários da Acção Católica foram considerados perigosos. Terá sido este perigo que determinou a prolongada luta travada nos órgãos centrais da Acção Católica, contra o modelo classista consagrado no organigrama aprovado pela Santa Sé e o projecto de adopção de um modelo unitário ¹.

¹ Esta luta é referida por Domingos Rodrigues na biografia, que escreveu, do Padre Varzim, nas páginas 98 e 136 e seguintes.

2. Abel Varzim, homem do regime salazarista

A informação dada pelo Padre Manuel Rocha ², segundo a qual ele próprio e Abel Varzim elaboraram, em Lovaina, uma tese provando que a organização corporativa, que o Governo português acabava de criar era contrária às encíclicas sociais e à tradição social católica, é inquestionável, embora eu ignore os termos em que foi redigida. Recordo-me de que, nas suas linhas gerais, correu, verbalmente, entre os alunos do seminário dos Olivais em cujo número eu ao tempo me contava.

Esta questão foi frequentemente aflorada enquanto este corporativismo durou e foi tratada, com toda a clareza, em 1940 pelo Padre Francisco Inácio Pereira dos Santos, na primeira Semana Social Portuguesa. Isto, contra a tese apresentada na mesma assembleia, com incrível desembaraço mas conhecimento unilateral, pelo Dr. Francisco de Castro Caldas, antigo membro do CADC, e Secretário do Conselho Técnico Corporativo ³.

Uma coisa porém é a teoria elaborada na atmosfera livre da Universidade de Lovaina, outra a prática consentida pela Lisboa política do corporativismo incipiente. Infelizmente, apesar da sua vontade de se identificar com os princípios da doutrina social católica (onde essa tradição existia), apesar da sua dedicação à classe operária, do seu manifesto amor pelos pobres, da sua solidariedade para com os explorados, Abel Varzim optou pela sua integração no sistema sócio-económico-político erguido por Salazar.

Este inspirara-se até onde achara conveniente, na ideia vaga do corporativismo referido nas encíclicas, no esquema organizativo do fascismo italiano e na interpretação actualizada das ideias e dos interesses das “classes superiores” civil e eclesiástica, segundo as lucubrações dos intelectuais de Coimbra, do Centro Académico de Democracia Cristã.

Deste conjunto de influências resultou o regime autoritário, antidemocrático, dito corporativo, e de partido único, baseado no poder pessoal do Chefe. Uma ditadura plebiscitada que substituiu a ditadura de facto, implantada pelo levantamento militar de 28 de Maio de 1926. Esta fora recebida como um movimento salvador, sebastianista, que asseguraria a paz e faria terminar perseguições e limitações à liberdade religiosa e restabeleceria, a curto prazo, privilégios e poder ao clero, de acordo com as tradições de antanho. Um regime que, afinal, correspondesse ao sector do pensamento católico dominante em Portugal.

Perante isto, os padres regressados cerca de um ano depois da Universidade de Lovaina, achando que não podiam fazer outra coisa, terão dito: paciência, teremos de fazer pelos trabalhadores o que nos for possível, dentro das condições

² Carta de Abel Varzim citada, entre outros, por Domingos Rodrigues, no livro *Abel Varzim, apóstolo português da justiça social*.

³ *Aspectos Fundamentais da Doutrina Social Cristã*, Lisboa, ACP, 1941.

que nos são impostas. Quanto ao Padre Varzim, o contágio de alguns indefectíveis salazaristas e a sua própria admiração por Salazar, levaram-no a esperar uma evolução do regime que levasse à realização da justiça social.

A sua candidatura à Assembleia Nacional, na lista única do partido único, em 1939, não teve portanto nada de anormal. Foi para lá de consciência tranquila e com intenção recta. De outro modo não teria assinado a declaração que era exigida a todos os que pretendiam exercer funções públicas: “declaro por minha honra que estou integrado na ordem estabelecida pela Constituição de 1933...”. No fim da legislatura em que foi deputado, já estava totalmente desenganado, mas aparentemente continuava a ser um homem da “situação”, não se distinguindo nisso da quase totalidade do clero. Só em fins de 1946 cortou com o sistema, nas condições que mais adiante referirei.

O Padre Varzim foi para a Assembleia Nacional sabendo (ou julgando saber) para onde ia, e o seu objectivo essencial, ali como em qualquer lugar, era realizar a sua vocação religiosa apostólica, ao serviço da Igreja e ao serviço da classe operária.

Tenho para mim que certos amigos dele, que o consideravam de certo modo ingénuo, terão sorrido à socapa, quando ele expunha os seus projectos de intervenção a favor dos operários. A colagem de Varzim ao regime e ao sistema corporativo português verificara-se logo no regresso de Lovaina. Sem esta colagem ele seria afastado rapidamente do meio em que as amizades pessoais o lançaram.

O artigo publicado nas *Novidades* em Setembro de 1935 e que foi reproduzido em *O Trabalhador* de que era responsável, festejando o segundo aniversário do Estatuto do Trabalho Nacional, deixou claramente provada a sua adesão completa ao regime e ao sistema corporativo português. Não só não os combatia como com eles colaborou, criticando construtivamente (como se dizia) os seus defeitos, tentando corrigir por dentro os erros de aplicação, os desvios e as injustiças.

Deve, ainda, acrescentar-se, para melhor apreciação da coragem que, oportunamente, veio a manifestar quebrando os laços que o uniram ao sistema, que Varzim não foi só situacionista mas salazarista convicto, e, mais do que isto, amigo pessoal do Dr. Oliveira Salazar. Domingos Rodrigues refere esta circunstância nas páginas 174 a 176 do seu livro, que citarei várias vezes, sendo de notar especialmente o facto de o Padre Varzim ter sido o celebrante da missa dominical a que Salazar assistia, na capela particular do Dr. Josué Trocado. Este, depois da acção litúrgica, oferecia aos dois um primeiro almoço bem conversado.

3. Ideologia antidemocrática do catolicismo português

Não devo prosseguir sem expor os argumentos em que assento as minhas afirmações acerca da ideologia do clero e dos intelectuais católicos portugueses, ideologia que se manteve e foi seguida pela maioria, pelo menos até à queda do regime salazarista em 1974. O ideário do Centro Académico de Democracia Cristã, por onde passaram os maiores vultos da política e da Igreja do segundo e

terceiro quartéis do século XX, não incluía a menor parcela de democracia política. Por isso o nome desta associação católica era equívoco. Levava a crer que ela, fosse embora de direita, tinha entre os seus objectivos a participação leal num regime de política democrática. E não tinha.

No número 1 da revista *Estudos*, daquele Centro, de Maio de 1922, em editorial, dizia-se lapidariamente: “É necessário, pois, que os estudantes católicos se preparem para ser o futuro escol da Nação”. Entretanto estabelecia-se como regra de procedimento, o seguinte: “ (...) trabalhar no campo católico e só nele. Aquém da porta da nossa redacção não existe política. “Para que queriam então ser o futuro escol da nação? Certamente para aquilo que aconteceu. Para dirigirem a nação “apoliticamente”, isto é, prescindindo de toda a participação democrática dos cidadãos. Naquele primeiro número de *Estudos*, daquele Centro, de Maio de 1922, encontram-se nomes sonoros e conhecidos como Vaz Pinto, Ernesto Subtil, Reis e Silva, Oliveira Salazar, Gonçalves Cerejeira.

Acharam talvez aparente justificação para o uso da expressão “democracia cristã” nas seguintes palavras de Leão XIII na encíclica *Gravis de Communi*, publicada em 1901, dez anos depois da *Rerum Novarum*, onde se lê: “(...) mas seria injusto que o termo democracia cristã fosse desvirtuado para um sentido político. Conquanto a democracia, segundo a etimologia da palavra e o uso que dela têm feito os filósofos, indique o regime popular, entretanto, nas circunstâncias actuais, só deve ser empregada retirando-lhe todo o sentido político, e não lhe ligando outra significação a não ser a acção beneficente e cristã para com o povo”⁴. Até nesta ordem de ideias, porém, o uso de tal designação pelos nossos intelectuais, foi, a meu ver, ilegítimo, pois o CADC não tinha por objectivo a acção beneficente e cristã para com o povo, mas somente, como se citou acima, preparar o escol da nação, escol que veio a apossar-se do governo e a manter o país, durante meio século, sujeito a um regime antidemocrático. A manutenção de algumas conferências de S. Vicente de Paula por alguns dos seus membros, não chega para legitimar a firma.

O Centro Católico Português não obstante a origem não democrática dos seus membros, aceitara o jogo do voto popular e a participação nas instituições da República. A seu tempo, porém, os homens do CADC meteram-se nele, moldaram-no a seu gosto, e logo que o golpe militar e a ditadura lhes puseram o poder nas mãos, baniram-no, como a todos os outros partidos, visto não haver lugar para ele na nova ordem.

O engenheiro Rogério Martins, num artigo com o título de “O tempo da Acção Católica”, publicado no jornal *Público* em 20/5/1990, exprime uma opinião

⁴ Leão XIII restringiu a sua orientação aquelas circunstâncias. Não serve de justificação aos intelectuais portugueses na década de 1920 porque as circunstâncias eram, então, totalmente diversas; ou não tivesse decorrido, entretanto, a primeira guerra mundial que transformou, radicalmente, a Europa tradicional.

diferente, fazendo crer que o CADC e o Centro Católico Português de antes de 1926 eram entidades que se integravam na área dos verdadeiros partidos democrata-cristãos, tendo sido traídos por Salazar. Se se pode falar de traição, esta foi cometida cerca de 1920 e apenas contra o Centro Católico, quando se impôs em Coimbra a geração que depois de dominar aquelas duas instituições, veio a aposar-se do poder político, após o golpe militar que instituiu a ditadura. Efectivamente, no congresso do Centro Católico realizado em 1922, as três teses fundamentais já foram apresentadas pelos também pilares do CADC Drs. Lino Neto, Oliveira Salazar e Gonçalves Cerejeira ⁵. A segunda alínea das conclusões aprovadas naquele congresso, diz:“(…) a defesa da Igreja é o objectivo imediato da organização católica, com sacrifício, não propriamente de opiniões políticas, mas de toda a acção política particular, julgada prejudicial, de momento, à defesa dos interesses religiosos”.

A democracia cristã, como corrente política democrática, nunca existiu em Portugal, entre 1922 e 1974. Durante mais de 40 anos, o lugar político dos católicos fieis foi nos arraiais do poder salazarista. A maior parte, de boa fé. Entre estes últimos esteve o Padre Abel Varzim, até que a ineficácia social do regime o levou a descobrir as causas políticas dessa mesma ineficácia.

4. Neutralidade social da Igreja portuguesa

A posição oficial da Igreja Portuguesa perante a sociedade civil, cerca de 1925, quando Abel Varzim foi ordenado sacerdote, supõe-se que era a que Leão XIII tinha definido nas suas encíclicas sobre temas sociais e políticos. Nada, porém, leva a crer que estas fossem objecto de estudo aturado dos mestres dos seus seminários, tal como não tinham expressão no magistério episcopal. Os problemas sociais não afligiam o clero português. Eu, que frequentei o Seminário de Santarém a partir de 1927, posso testemunhá-lo. Na prática, a atitude da Hierarquia era de total abstenção.

Quinze anos mais tarde realizou-se, em Lisboa, a primeira Semana Social Portuguesa, quando o Padre Varzim já tinha caído em desgraça, ao suplicar, na Assembleia Nacional, que o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência fosse dotado de meios e vontades para fazer cumprir a legislação do trabalho e tornar eficientes os sindicatos nacionais.

Naquela magna assembleia, cujas teses foram publicadas num grosso volume de 446 páginas, apenas na página 309, na palavra do Padre Francisco Inácio Pereira dos Santos, se afirma que, ao contrário do que muitos pretendem, o problema social também existe em Portugal, e que “há muitos casos de miséria imerecida a remediar, muitos abusos a corrigir, muitos direitos legítimos a reconhecer e sobretudo a efectivar”. E mesmo assim, estas afirmações são seguidas

⁵ Revista *Estudos*, nº 1, Maio de 1922.

de três parágrafos, exprimindo cada uma o seu mas..., arrançando justificações que podem, praticamente, cobrir todo o espectro reivindicativo.

O Dr. Abel de Andrade, na sua lição, versando as causas da decadência da família, tocou, de passagem, no mesmo assunto, afirmando que “os pais de família devem receber remuneração que lhes permita fazer face às necessidades domésticas”. Mas acrescenta: “ (...) em honra do Estado Novo deve dizer-se que o Estatuto do Trabalho Nacional (...) e leis complementares, cujas disposições são todos os dias prudente, mas persistentemente executadas, vai concorrendo eficazmente para a diminuição e futura eliminação das causas da decadência da família, provenientes da ordem económica.”

Como ninguém contraditou o orador, deve concluir-se que todos os congressistas entendiam tratar-se, afinal, de um falso problema. Nesta primeira Semana Social Portuguesa, os altos representantes eclesiais e o escol dos intelectuais católicos portugueses, todos integrados na situação política estabelecida e oriundos, em grande parte, do CADC, nada mais tiveram para dizer a favor dos trabalhadores ou em desagravo da simples honestidade intelectual.

Ainda nesta matéria e nesta Semana Social, o Dr. Diogo Pacheco de Amorim, para fazer o elogio da ordem sócio-económica de antes da Revolução Francesa, passando ao lado dos problemas da sua época, enalteceu o equilíbrio alcançado, naqueles velhos tempos, entre a população e as subsistências, não pelo aumento da produção mas pela restrição da natalidade (expressão que não usa), objectivo que se alcançava pela recusa do direito de constituir família aos filhos não primogénitos dos possuidores das terras e até aos artesãos e agentes do comércio que não dispusessem de recursos para se estabelecerem por conta própria. A isto a ilustre assembleia nada teve a opor.

Que carácter, honestidade e fé não foi necessário ter para romper com esta mentalidade colectiva até proclamar que a classe operária tinha de instruir-se, tomar consciência da sua dignidade e organizar-se para conseguir um lugar na sociedade, – com respeito, é claro, pela dignidade e pelo direito das outras classes, como Varzim veio a proclamar.

5. Cardeal Cerejeira – mal conhecido

Cerca de 1928, enquanto se consolidava a ditadura chefiada pelo General António Oscar de Fragoso Carmona, desceram de Coimbra até à capital António de Oliveira Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira. O primeiro como Ministro das Finanças e o segundo como Arcebispo de Mitilene e vigário geral do Patriarcado com futura e próxima sucessão do Cardeal Mendes Belo, já envelhecido. Estava em preparação a grande reviravolta, e aproximava-se do fim o período apagado da vida de Abel Varzim. Este foi para a Bélgica estudar ciências político-sociais na Universidade de Lovaina, em 1930, quando D. Manuel Gonçalves Cerejeira já era patriarca de Lisboa.

Em 1931, o Papa Pio XI publicou a encíclica *Quadragesimo anno* e, em 1932, Abel Varzim e Manuel Rocha, enquanto continuam os estudos em Lovaina, são encarregados pelo novo Arcebispo de Mitilene, Ernesto Sena de Oliveira, de redigir o projecto de bases da Acção Católica Portuguesa. Neste mesmo ano Salazar torna-se Presidente do Conselho de Ministros e em 1933 faz aprovar a Constituição que lhe garantirá a perpetuidade do poder. Foi, também, em 1933 que Adolfo Hitler se apossou do poder absoluto na Alemanha.

Os homens de Coimbra julgavam-se integrados no seu tempo europeu. Talvez mesmo, e com alguma razão, se considerassem percussores dos movimentos de extrema direita que no seu tempo alastraram pelo Continente.

Por força do seu cargo pastoral, por certo, e também por ter maior abertura ao mundo, a visão de Cerejeira, depois de elevado a Patriarca de Lisboa, não era tão unilateral como a da generalidade dos seus colegas da Universidade. Por isto quis sempre manter contacto com a cultura católica do norte da Europa, onde vigoravam regimes democráticos e ideologias de cariz social. Daqui ter apoiado os padres portugueses que, à procura de formação universitária, tinham escolhido Lovaina em vez de Roma.

Importante também, dentro desta orientação, foi a entrega do Seminário do Olivais, criado em 1931, aos superiores da Congregação dos Sagrados Corações, que enviaram para cá, como professores e Vice-Reitor, padres provenientes da Holanda e da França, incluindo um alsaciano de cultura alemã, um basco formado em França e um parisiense tornado castelhano. Arejou, sem dúvida, a tradição eclesial nacional, embora com prejuízo da cultura portuguesa que ali ficou representada apenas pelo reitor honorário, o homem extraordinariamente bondoso e culto que foi Monsenhor Pereira dos Reis.

O Cardeal Cerejeira abriu portas ao mundo. Pena foi recear demasiadamente as correntes de ar que desencadeou, receio que o levou a fechar algumas delas. Conhecer bem esta singular figura da Igreja seria possuir uma das chaves do conhecimento do sentido da vida do Padre Varzim. Infelizmente, este conhecimento não é perfeito, por ninguém até hoje ter publicado uma biografia verdadeiramente digna daquele Prelado.

Numerosos testemunhos indicam ter havido entre os dois uma amizade assinalável⁶, sendo de supor que foi com o coração dorido que o Patriarca aplicou a Varzim os golpes exigidos pelos terrores crescentes do ditador.

Se o Padre Varzim tiver sido um santo, no sentido místico da palavra, poderá compreender-se a preservação, por parte dele, desta amizade, e, talvez, a convicção medieval do Patriarca como instrumento nas mãos de Deus, o qual, segundo o velho aforismo, castiga os que mais ama.

⁶ No opúsculo “Na Hora do Diálogo”, O Cardeal Cerejeira fala apenas de estima.

6. Cardeal Cerejeira – indeciso

O Cardeal Patriarca confiou em Abel Varzim. Sem esta confiança não teriam sido atribuídos a este, os cargos de importância e responsabilidade que exerceu entre 1935 e 1948. Este, porém, no exercício de tais cargos, desiluiu totalmente os políticos, que nele tinham confiado também. Como tais cargos eram de nomeação eclesiástica, não podia o Governo demiti-lo; e não lhe convindo expulsá-lo do país como fez com outros padres menos conhecidos e em desespero de causa com o próprio bispo do Porto, fez pressão sobre o Patriarca para que este o afastasse. Menos prontamente que o desejaria o velho amigo, e possivelmente contrariado, Cerejeira acabou por ceder.

Segundo o diário íntimo de Varzim, de que Domingos Rodrigues publicou excertos sumamente importantes, o Senhor Patriarca um dia, no longo período de preparação do terreno para a demissão de Abel Varzim do cargo de assistente da LOC, disse que tinha dois caminhos a seguir: dar-lhe cobertura e sofrer as consequências de uma má vontade do Estado ou guardá-lo como uma reserva da Igreja para quando o Estado Novo caísse.

Para ele, a boa vontade de quem detinha o poder do Estado, pesou mais do que a sua própria independência no exercício do munus pastoral. A alternativa de ser reserva para actuar depois de uma hipotética vitória da oposição, pareceu-me despida de sinceridade quando nos foi repetida, a mim, ao Edmundo Costa e ao Carlos Branco, membros do Conselho de Redacção de *O Trabalhador*, na audiência solene que nos concedeu após o encerramento do jornal pela Comissão de Censura.

Para a saída do Padre Varzim de pároco da Encarnação, ao Chiado (Lisboa), a necessidade de uma justificação só se impôs ao Senhor Patriarca dez anos mais tarde, quando, em 1967, fez publicar o opúsculo *Na Hora do Diálogo*, onde pode ler-se: “Em 1957, o Padre Varzim pediu a demissão da paróquia, por motivo do seu abalado estado de saúde do corpo e do espírito; deixou Lisboa a conselho de amigos e do próprio irmão”. A frase ambígua que atribui ao pároco demissionário abalado estado de saúde de espírito, não aceito que tenha sido intencional. Mas foi, por certo, irreflectida, porque trouxe mais uma vez ao de cima a vil campanha de calúnias relacionadas com a Obra de Protecção às Raparigas.

Que o abalado estado de saúde justificasse a pronta aceitação do pedido de demissão, já não me parece tão inocente. Por essa mesma altura, outro pároco de Lisboa foi atingido de cegueira total ⁷ continuando por muito tempo (até à morte) à frente da sua paróquia, com coadjutor encarregado das tarefas que não podia realizar. Um critério idêntico para o pároco da Encarnação, pelo tempo julgado necessário, teria sido uma prova de consideração que não foi dada. De resto, os

⁷ Refiro-me a Monsenhor Fernando Duarte, que um dia fui visitar à sua igreja paroquial em Campo de Ourique, Lisboa, quando já tinha perdido completamente a vista.

termos em que é feito o esclarecimento a que me refiro, nomeadamente pela existência daquele ponto e vírgula, mostra que o conselho dos amigos não foi para pedir a demissão mas sim para deixar Lisboa, depois de aquela ter sido pedida... provavelmente depois de ter sido aceite, o que é uma coisa totalmente diferente.

A paixão maior do Padre Varzim foi ter sido fustigado por um amigo, um pai que o afastou das missões que lhe confiara, num caso para satisfazer as exigências do poder, noutro, mais lamentável ainda, para apaziguar um grupo de caluniadores hipócritas, bons para prestar homenagem a qualquer santinho fingido, mas que quiseram afirmar a própria virtude mostrando-se escandalizados com a acção evangélica do padre preocupado com a salvação das almas e com a dignidade humana de mulheres arrastadas pela vida para situação que, sendo social e pública, é pecado de todos, antes de ser pecado daquelas que antes de serem pecadoras são vítimas.

7. Varzim sobe no sistema

Recém-formado em ciências político-sociais pela Universidade Católica de Lovaina, o Padre Abel Varzim da Cunha e Silva chegou a Lisboa no princípio do verão de 1934.

Recebeu-o de braços abertos o amigo de infância P. Lopes da Cruz, este sim, o que pode dizer-se um homem de sucesso, pois que chamado a Lisboa para ser chefe de redacção do diário católico *Novidades*, veio a ser o impulsionador e orientador de todos os meios de informação da Igreja. Varzim iniciou a sua carreira como braço direito do amigo, em todas as suas actividades.

Teria tido uma vida bem mais fácil e mais brilhante, bem merecida pelo padre culto, inteligente e distinto que ele era, se não tivesse vindo a trocar o seu gabinete na Rua do Capelo (sede da Empresa da Revista Renascença) pelas instalações do Campo dos Mártires da Pátria, onde era a sede da Junta Central da Acção Católica.

Em princípios do ano de 1935, o Padre Lopes da Cruz alargou a actividade editorial adquirindo o jornal quinzenal *O Trabalhador* para cuja redacção e direcção (de facto) escolheu Abel Varzim, de acordo com a Junta Central da Acção Católica.

O Trabalhador, com o título impresso a vermelho como se apresentava desde a fundação, com um estilo e uma linguagem nunca autorizados neste país, devia estar a causar as primeiras arrelias às autoridades, tanto políticas como religiosas. Foi necessário substituir a primeira equipa redactorial constituída pelos padres Boaventura Alves de Almeida e Manuel Rocha. O primeiro regressou, a título de doença, à diocese da Guarda donde era oriundo; o segundo foi colocado no Secretariado Económico e Social, criado, em data de 15 de Fevereiro, no âmbito da Acção Católica Portuguesa.

O jornal passou a usar cabeçalho preto a partir de Janeiro e a sua direcção de facto passou a ser exercida por Varzim a partir de data que não consegui averiguar,

mas evidentemente, anterior a 15 de Fevereiro de 1935. A obediência pronta de Varzim terá sido confundida, pelos superiores, com “docilidade”.

A nomeação para *O Trabalhador*, embora só oficializada depois de efectuada a transferência notarial, foi a primeira entre muitas, para diversos cargos e funções, constituindo um vasto campo de acção e influência. Em Janeiro de 1935 foi nomeado assistente geral da Liga Operária Católica, em 1937 chefe de redacção da *Lumen* (revista mensal para o clero), em 1938 deputado à Assembleia Nacional (segundo se diz por indicação expressa do próprio Salazar) e finalmente, em princípios de 1939, director do Secretariado Económico e Social, substituindo, mais uma vez, o Padre Manuel Rocha. Todas estas funções, aceitou-as crendo que exercendo-as, iria dar cumprimento à sua vocação de sacerdote: servir a Igreja e trabalhar para a salvação da classe operária. O que por certo não imaginou foi quantos desgostos e amarguras alguns daqueles cargos lhe iriam trazer.

Superiores eclesiásticos e poderes políticos depositaram nele as maiores esperanças. Queriam que cuidasse da salvação dos trabalhadores (embora a palavra salvação não significasse rigorosamente o mesmo para uns e outros) e desculpavam-lhe aquele “vício de linguagem” que consistia em utilizar, com frequência, a expressão “classe operária”.

Merecia essa desculpa, tão evidente era a sua recusa das ideias comunistas, a sua aceitação do regime político estabelecido e a sua determinação provada de colaborar com a Organização Corporativa.

O que eles não pensaram a tempo foi que a simples enunciação dos princípios fundamentais da doutrina social cristã, repetidos à saciedade, oralmente e por escrito, com brilho e convicção, ao longo de muitos anos, iria ser um dos mais poderosos fermentos lançados à massa das consciências dos católicos portugueses de todos os meios e classes. Resignação, humildade, aceitação da pobreza forçada como virtude, sentimentos de inferioridade, tinham penetrado a consciência e caracterizavam a mentalidade dos operários, de todos os portugueses que se tinham mantido fieis à Igreja tradicionalista... De todos, menos dos donos do poder e da grandeza, dos usurpadores do trabalho alheio. Esta mentalidade que nada tinha de cristã foi o alvo preferencial da acção e da doutrinação contraditórias do Padre Abel Varzim. Isto veio a desiludir os que pensavam que ele viesse a distinguir-se entre os seus.

8. A doutrina e a sinceridade de Varzim

Alheio a qualquer projecto de intervenção política em 1935, passou a dispor dos instrumentos ideais para realizar uma parte do seu objectivo: promover a participação numa vida religiosa esclarecida, de um número crescente de operários, e divulgar a doutrina social da Igreja, proclamando a justiça que àqueles é devida, sem esquecer também os deveres de todos para com a sociedade.

Digo uma parte do seu objectivo, porque não lhe bastava apenas a instrução e a prática religiosas e a divulgação da doutrina social cristã a que não fosse também

dada uma realização prática. Desde sempre afirmou a necessidade e urgência de levar à prática essa doutrina e sabia, disse e escreveu numerosas vezes que, para isso, era preciso actuar de duas maneiras: pela formação e pela organização.

Os instrumentos para a formação eram os citados no capítulo anterior, a que é necessário acrescentar ainda a função de professor do Instituto de Serviço Social e o acesso, bem acolhido, a diversos jornais, revistas e boletins de vária espécie - sem esquecer o âmbito excepcionalmente vasto das suas relações pessoais. Mais brilhante ainda e mais convincente a falar do que a escrever, a sua tribuna mais frequente e eficaz terá sido quer a das reuniões dos órgãos directivos da LOC quer a de animação de iniciativas envolvendo militantes locistas em Lisboa e noutros pontos do país.

A espiritualidade que procurou transmitir aos operários cristãos divergia, necessariamente, dos esquemas tradicionais que assentavam num dualismo exacerbado, segundo o qual o homem não era visto como unidade pessoal mas como composto de dois elementos, não só distintos mas antagónicos: a alma e o corpo. Dualismo que, aliás, tendia a desculpar o desinteresse pelas necessidades materiais dos outros e a valorizar a dor, a pobreza, a dependência, não como situações que se sofrem com resignação e se tentam superar quando nos atormentam, mas como manifestações de predilecção divina ⁸.

Aquilo em que o Padre Varzim insistia era a doutrina da salvação, que diz respeito à adopção divina, pelo Pai, de todos os que pelo baptismo se tornam membros do Corpo Místico de Cristo. Sem atitudes ou terminologias beatas, a doutrina que ensinava revestia-se de sinceridade e inspirava fé e confiança.

No que diz respeito à divulgação e defesa da doutrina social cristã, os meios utilizados foram os mesmos e a mesma a sinceridade total. Tentando ultrapassar a abstenção do episcopado português em relação aos problemas derivados do sistema sócio-económico, fez quanto lhe foi possível por tornar conhecidos os apelos dos Pontífices, desde Leão XIII, para que fosse quebrado o ciclo da miséria imerecida. Mostrou que era de justiça, além de a caridade verdadeira o exigir, que a todos os operários fossem prestados, em troca do seu trabalho, os meios necessários para manter dignamente a família: para todos alimentação suficiente, habitação capaz, segurança na doença e na velhice...

Este esforço não foi perdido porque milhares e milhares de trabalhadores que mais ou menos regularmente ouviram ou leram a sua mensagem, transmitida directamente por ele ou, indirectamente, pelos militantes da LOC, foram modificando as suas ideias sobre os problemas sociais, ou, muitas vezes, alegrando-se consigo mesmos ao perceberem que alguém os despertava para a visão clara do que lhes aparecia como justo no fundo das suas consciências.

Até aí, só os que acabavam por abandonar a religião rejeitavam publicamente a ideia de que a exploração era inevitável e a miséria natural. Ou se era

⁸ Quando falo de “dualismo” falo de uma realidade histórica, uma aberração religiosa que se topava a cada momento.

beato ou comunista. Com Varzim (e com outros que trabalharam na “acção católica” naquele tempo) ficou a saber-se que isso era errado... que a liberdade, a justiça e a solidariedade, com o amor a que os materialistas dificilmente podem ascender, eram da própria essência do cristianismo.

Foi através da influência da Acção Católica Operária, muito mais do que se imagina, que se fez a evolução da mentalidade do sector da população trabalhadora portuguesa que não chegou a aderir às ideias comunistas. De facto, não houve nenhuma outra fonte de esclarecimento que merecesse crédito. A restante população imbuída de ideias semelhantes terá sido também atingida indirectamente. A JUC (Juventude Universitária Católica) só depois de 1950 abandonou as ideias tradicionais. Resta dizer que acção da LOC foi, essencialmente, fruto da acção pedagógica, social e religiosa do Padre Varzim.

9. Imperativos da missão de Varzim chocam no sistema

Além da formação, religiosa e social, para a qual eram instrumentos aptos aqueles que foram referidos nos capítulos anteriores, para concretizar a doutrina social cristã era necessário, segundo o próprio Abel Varzim, que existissem organizações operárias. No artigo com que colaborou no primeiro número de *O Trabalhador*, de 15 de Maio de 1934, escreveu: “Para conseguirmos uma mais justa repartição da riqueza nacional, para conquistarmos para todos os operários portugueses o justo aumento do conforto doméstico, do bem estar social e da riqueza pessoal só vos pedimos uma coisa: a vossa boa vontade ... para nos organizarmos ordenadamente, para reclamarmos, pacificamente mas energicamente, o reconhecimento dos nossos direitos.”

Não me foi possível apurar a que tipo de organização se referia nesse momento.

Repugna-me, porém, admitir que iniciasse a sua intervenção social lançando ao vento palavras desprovidas de sentido. O mais provável é que, conhecendo ao certo a necessidade de uma organização, ainda não tivesse ideias claras sobre a natureza e a viabilidade da organização desejada. De uma forma ou de outra, parece que a questão da oposição ideológica entre, por um lado o corporativismo assente na liberdade e na iniciativa dos trabalhadores e empresários, e por outro o corporativismo obrigatório e de iniciativa estatal, foi inicialmente considerada por ele sem relevância para os seus desejos de intervenção social.

Parece ter claudicado neste terreno o Doutor de Lovaina caído no meio social e político português. Havia sindicatos oficiais e de cotização obrigatória. É pouco crível que Varzim sonhasse alguma vez com a hipótese de os conduzir pública ou secretamente. Não era permitida a criação de sindicatos livres como existiam nas nações democráticas, nem de qualquer associação semelhante. Poderia a acção católica ser a organização que tinha em mente? Não sei.

Teoricamente, nunca poderia vir a ser esta a organização pretendida. Em primeiro lugar, porque, queiram ou não, esqueçam-se ou não, a “acção católica” era

a participação dos leigos no apostolado da Hierarquia e esta, como lhe cumpria, estava afastada dos processos de organização cívica das classes sociais. Depois, se na acção católica surgisse uma tentativa de organização para levar à prática a doutrina social da Igreja, tal organização teria de ser também corporativa, já que nela teriam de coexistir juntos ou separados mas necessariamente solidários, organismos de classes opostas, embora com fins religiosos semelhantes. Finalmente o Estado salazarista nunca lhes consentiria, nem consentiu, a mínima acção que não fosse especificamente religiosa, nenhuma acção que, a qualquer título, unisse pessoas para fins sociais em representação de interesses profissionais ou de classe.

A este respeito é esclarecedor o incidente da exposição enviada, a 15 de Maio de 1942, pela direcção geral da LOC a Oliveira Salazar (a quem entretanto incensa como era próprio do tempo e do sistema), pedindo a instituição do salário familiar.

Nessa carta a direcção geral começa por dizer que escreve por encargo do conselho geral da mesma LOC, em nome desta e no de milhares de operários “que legitimamente representa”... Salazar mandou devolver a exposição e responder “ só aos sindicatos nacionais é reconhecida pela Organização Corporativa a faculdade de defenderem os interesses dos trabalhadores, não sendo a Liga Operária Católica considerada como entidade a que incumba defender os interesses profissionais”. E mais adiante: “ a acção da Liga merece todo o aplauso quando se limite aos fins que estão indicados à acção católica”.

Lastimo ter de dar, aqui, razão a Salazar. As regras do jogo eram tão bem conhecidas no Campo dos Mártires da Pátria (sede da AC) como em S. Bento. Se a LOC em vez da exposição em tais termos, tivesse apresentado, humildemente, uma petição, sem invocar a representação que pretende legítima dos seus milhares de operários, a resposta teria sido outra e talvez tivesse incluída a revelação de que, dentro de poucos meses seria posto em aplicação, como veio a ser, o regime do abono família, afinal o salário familiar à portuguesa, pequenino e chorradinho.

Assim feita, a exposição deu oportunidade ao “Encoberto”⁹ de recordar indirectamente ao Episcopado que na Nação havia uma só organização, a corporativa, sindicato único (embora fraccionado) e partido único. Um fascismo como os outros embora menos violento por ser diminuta a oposição que encontrava. Não era pois com a Liga Operária Católica que Varzim podia contar para erguer a organização capaz de levar à prática a doutrina social cristã. E outra não havia nem era possível criá-la, nas circunstâncias existentes cuja virulência Varzim não soube, a tempo, avaliar e que eu gostaria de adivinhar se surpreendeu ou não Sua

⁹ Chamo a Salazar “o Encoberto” porque, a meu ver, a rejeição do Império do Espírito Santo e a sua substituição pelo mito sebastianista, obra das ideologias do nosso século XVII, culminou na personagem de Santa Comba.

Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa. À primeira tentativa de desobediência, os implicados iriam tão bem tratados como os comunistas, por esses tarrafais.

Parece que o Padre Varzim, nisto de organização com o objectivo de levar à prática a doutrina social cristã, durante anos vogou sem rumo certo em busca de um caminho.

Terá tomado mais clara consciência disto, precisamente quando a direcção geral da LOC lhe apresentou a resposta de Salazar à exposição que ele próprio redigira por incumbência do Conselho Geral. Quando em 1947/1948 voltou a falar de organização, aí estou certo, sabia bem com o que podia contar.

10. Assembleia Nacional – abençoado equívoco

Não havendo sindicatos católicos nem sendo permitido criá-los, não podendo a LOC funcionar como organização profissional, qualquer projecto de organização autónoma, mais cedo ou mais tarde, tinha de ser posto de lado.

A determinação de lutar, porém, nunca a perdeu Abel Varzim. Ao lançar e prosseguir a imensa campanha de esclarecimento que foi toda a sua vida, desde 1935, na LOC, na imprensa, na cadeira de professor do Instituto de Serviço Social, no Secretariado Económico e Social, etc., até na rua, no incansável relacionamento com ricos e pobres, com empresários e dirigentes dos sindicatos nacionais, procurou contribuir para a melhoria da situação da classe operária tanto quanto fosse possível alcançá-la dentro do regime estabelecido. Em 1948, quando já era considerado inimigo do regime, foram procurá-lo várias vezes à redacção de *O Trabalhador*, dois dirigentes de sindicatos nacionais, antes de partirem e depois de voltarem de uma reunião da assembleia da Organização Internacional do Trabalho, em que participaram como representantes dos trabalhadores portugueses, integrados na delegação oficial enviada pelo Subsecretariado de Estado das Corporações. Eles sabiam quem podia orientá-los, em quem podiam ter confiança.

Não há dúvida de que o prestígio de Varzim era imenso entre o operariado em geral e especialmente entre alguns dirigentes sindicais esclarecidos, que suportavam o vexame da tutela governamental e corporativa, para servirem a classe operária. Este prestígio interessou o sector comunista, tendo levado à solicitação, por um grupo destes, de um encontro com ele e com o Padre Alves Correia, para ouvirem estes acerca dos objectivos e dos métodos de acção dos católicos no campo da acção social.

Entre as acções que desenvolveu a favor dos operários, dentro dos limites impostos pelo regime corporativo, teve especial relevo a sua intervenção na “Assembleia Nacional” em Janeiro/Fevereiro de 1939, acerca dos sindicatos nacionais, relações entre patrões e operários e funcionamento do Instituto Nacional do Trabalho.

Mercê dos contactos estabelecidos e amizades contraídas entre bons amigos que também o eram do regime, após quatro anos de provas satisfatórias e do cres-

cer de muitas ilusões, mereceu ser indigitado candidato a deputado para a segunda legislatura daquele órgão do poder, ao que parece por indicação do próprio Presidente do Conselho. Salazar e os amigos comuns dele e de Abel Varzim de um lado e o próprio Abel Varzim do outro, todos julgando realidade aquilo que desejavam, caíram reciprocamente num engano, só aparentemente inocente.

Para uns, levar Varzim para a Assembleia Nacional era assegurar-se de ter por si o brilho, a eloquência, a dedicação de um deputado jovem, enérgico e activo. Esperavam dele palavras bonitas, discursos bem sonantes que levassem aos trabalhadores a ideia de que o Estado Novo estava a caminho de resolver todas as suas dificuldades e de realizar todas as suas aspirações. O que se escrevera em *O Trabalhador* desde que Varzim se tornara seu responsável, não era de molde a comprometer aquela confiança. Batia bastante mas dava uma no cravo e outra na ferradura, como todos os que nesse tempo, tentavam sobreviver.

Varzim por seu lado julgaria que os amigos estavam de boa fé e que respeitariam a sua liberdade de consciência. Não os avisou, porém, certamente, de que não hesitaria em os desgostar quando achasse que devia falar claro em defesa da classe operária. E não esperou muito para isto. Menos de um mês depois da tomada de posse como deputado da Nação, a 16 de Janeiro de 1939, pediu a palavra para apresentar o célebre aviso prévio sobre “certos aspectos da organização sindical corporativa”.

Aqui não podia ser acusado de meter a foice em seara alheia como veio a ser mais tarde, quando, em 1942, com o conselho geral da LOC, pretendeu assumir a representação de milhares de trabalhadores que lhes eram afectos. Na Assembleia falava por direito próprio, com a competência de que gozava nos termos da Constituição vigente.

A justificar a determinação de tratar de tal assunto, adiantou as seguintes razões: “1. A existência da parte de muitas entidades patronais, de uma guerra muitas vezes vitoriosa contra a organização ou existência dos sindicatos nacionais; 2. Os impedimentos postos ao desenvolvimento da organização sindical, por falta de protecção legal e ainda por falta de execução de medidas legais já existentes; 3. A execução arbitrária dos contratos, singulares ou colectivos de trabalho, com grave prejuízo dos direitos já legalmente reconhecidos dos operários”.

Não foi necessário aguardar o desenvolvimento e discussão da matéria do aviso prévio, marcados para dali a um mês. Bastou o enunciado do sumário das questões a debater, para levantar contra o padre que se metera a político, os poderes subterrâneos da Assembleia. Ele mesmo o contou ao Bispo de Helenópolis, em carta de Abril de 1947, recordando o seu passado de lutador odiado, nos seguintes termos: “quando, no primeiro ano em que estive na Assembleia Nacional, tive a triste ideia de um dia anunciar um aviso prévio sobre os sindicatos nacionais, fui avisado pelo Costa Brochado de que nessa mesma noite tinha sido decidido aniquilar-me, porque não se poderia consentir que um padre tratasse daqueles assuntos”. Claro que o que tanto os incomodou não foi ser um padre a tratar aqueles assuntos mas o haver alguém a tratá-los daquela maneira,

já bem patente no enunciado. Saberem das boas relações do padre com Salazar não os deteve. Sabiam que este bem depressa se poria de acordo com eles.

11. Peregrinação a Fátima – ambiente escuro da suspensão da I Série de *O Trabalhador*

A reacção manifestada pelas estruturas do Estado Novo às pretensões intervencionistas do deputado em 1939, e do assistente eclesiástico em 1942 por afirmar que dispunha de uma força equivalente à de um sindicato paralelo, encerrou este período da vida de Abel Varzim. Desta última data em diante executou dentro da normalidade outras tarefas que lhe estavam confiadas, destacando-se entre as que mais cuidado lhe davam a de assegurar a continuidade de *O Trabalhador*, ainda quinzenal; e pouco a pouco, foi deixando de prestar colaboração aos sindicatos oficiais.

Não seria correcto entretanto deixar de referir uma iniciativa menos perigosa, fora da rotina, que promoveu durante o ano de 1943 – a preparação e direcção de uma peregrinação operária nacional a Fátima. Esta mereceu gerais aplausos e foi objecto de um voto de louvor aprovado por unanimidade pelo episcopado português na sua reunião daquele ano.

Esta iniciativa foi normalíssima na lógica da sua vida, da sua fé, da sua doutrina e do seu apostolado, mas os senhores bispos, como toda a gente, parece terem esquecido tudo o mais para se impressionarem apenas com as luzes das cinco mil velas acesas naquela noite de 3 de Outubro. Quatro anos mais tarde o poder político interferiu no exercício da jurisdição episcopal, exigindo a demissão do padre Varzim do cargo de assistente geral da Liga Operária Católica. Nessa altura, embora com relutância, o Patriarca de Lisboa cedeu às exigências do Governo. Os senhores Bispos ignoraram o agravo, esqueceram Fátima e as cinco mil velas dos peregrinos do meio operário em Outubro de 1943, e só dois deles tiveram, em particular, palavras de solidariedade relacionadas com a última das causas daquela exigência, ou seja, a situação que levou à proibição definitiva do semanário *O Trabalhador*.

Regressemos, porém, à primeira série de *O Trabalhador* que, de 1942 a 1946, foi sobrevivendo no meio de uma tempestade de três frentes: a censura, as dificuldades de tesouraria, e a falta de solidariedade de alguns falsos amigos – das direcções gerais da LOC e da JOC. Domingos Rodrigues na página 98 do seu livro *Abel Varzim apóstolo português da justiça social*, escreveu: “com efeito, dentro da Acção Católica existia uma corrente defensora da unidade (como veremos adiante) que alimentou uma certa animosidade contra o redactor, também assistente geral da LOC, que tinha sido paladino da especialização na acção católica. Além disso na própria Junta Central havia uma particular relação de intimidade com a Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social que a tornava muito sensível à sistemática irritação da Censura. Neste quadro circunstancial as dificuldades financeiras foram um pretexto bem-vindo”. Pode parecer

excessiva a qualificação de traição utilizada pelo biógrafo ainda na mesma página. Mas se traição houve, ela envolveu a subordinação ao mais forte, dos próprios que mais deviam apoiar o perseguido – o Presidente da Junta Central da Acção Católica, o Presidente da Rádio Renascença, Lda., Monsenhor Lopes da Cruz, amigo de infância e de sempre, e elementos das direcções gerais dos organismos operários da Acção Católica. Na realidade, a Rádio Renascença, Lda. não sentiu obrigação de fazer um esforço para manter um órgão de imprensa fiel à Igreja, desempenhando uma função que justificava a sua própria existência; a Junta Central da Acção Católica recusou um mísero subsídio; as direcções gerais da JOC e da LOC, julgando lavar as mãos, desligaram-se da cobrança das assinaturas dos filiados, deixando de incluir o custo do jornal no valor das cotas.

Abel Varzim, com um pouco de ingenuidade mas ainda a sonhar no futuro, lavrou ele próprio a sentença: se a Acção Católica não tem possibilidade de subsidiá-lo (ao jornal) devidamente, seria melhor suspendê-lo. E assim se fez. Monsenhor Lopes da Cruz devolveu a propriedade jurídica do título do jornal à Junta Central, que por sua vez o deu de presente a Abel Varzim, e fechou a porta antes do Natal de 1946. José da Silva Seca, único empregado da Renascença ocupado no jornal, à beira da velhice, foi para casa sem reforma e sem esperança.

12. Varzim corta com o sistema

Se o processo de extinção da 2ª série de *O Trabalhador*, em Junho de 1948, viria a ser chocante, a suspensão da primeira série culminou um processo ainda mais chocante.

A vontade de abater Abel Varzim vinha de há muito, mas a urgência na execução da sentença surgiu no final de Setembro de 1946. Nos dois números de Outubro e no de 15 de Novembro daquele ano, o jornal publicou uma série de três artigos explosivos. Ou Varzim, pressentindo o fim próximo do jornal quis aproveitar para desferir um golpe de mestre, ou os adversários, recebido o golpe acharam que tinham de agir de imediato.

Causa admiração que a Comissão de Censura tenha deixado passar aqueles escritos, que normalmente teria cortado na íntegra ou teria mutilado deixando-os sem aproveitamento por falta de sentido. Esta circunstância leva-me a supor que houve um aproveitamento da iniciativa de Varzim para servir de justificação à realização do plano há muito previsto.

No primeiro daqueles artigos, o Padre Varzim lembra o entusiasmo com que foi recebido o Estatuto do Trabalho Nacional treze anos antes e as esperanças que nele se depositaram. Agora põe em causa a realização dos objectivos previstos e afirma: “ (...) treze anos é tempo mais que bastante para avaliar o valor construtivo de uma ideia, sobretudo quando ela é obrigatoriamente realizada”. Mostra por estas palavras, ter chegado à conclusão de que o corporativismo de Estado, impedindo a existência de associações livres patronais e operárias, como era recomendado pela

doutrina social católica, impedia também o progresso na resolução dos problemas sociais.

Recomenda, então, ao Poder, que faça exame de consciência. Por si tinha feito tudo o que estivera ao seu alcance, cooperando, para que o sistema funcionasse proveitosamente e não vê de que penitenciar-se. Contra aqueles que queriam desculpar a ineficácia do sistema, por culpa dos homens que haviam de o fazer funcionar, afirma: “(...) se os homens se não adaptam a eles (aos sistemas) tenhamos a coragem de subordinar os sistemas aos homens, revendo-os, corrigindo-os, adaptando-os”.

Este texto foi encarado como mais um grande e imperdoável delito. Deixar de culpar os homens para culpar o sistema era pôr-se claramente contra este e, em consequência, contra o Chefe intocável que o erigira.

No segundo artigo, voltando à questão das desculpas, escreve com mais clareza: “(...) um sistema bom por si só, não basta para que se produzam benéficos efeitos, se os homens que os hão-de aplicar e nele viver não forem, pelo menos, tão bons como o sistema. Mas também não deixa de ser verdade que um mau sistema influi grandemente na eficácia dos esforços generosos dos homens bons”.

Depois confessa ter estado também ele “um certo tempo” convencido de que o Estatuto do Trabalho Nacional era um sistema bom e que o mal era faltarem os homens capazes de o saber aplicar. Mas agora justifica a sua mudança de atitude escrevendo: “Treze anos de experiência levaram-nos a reconsiderar os nossos juízos, a rever a nossa opinião. Maior conhecimento dos homens, mais vasta cultura social”; tudo o levou à conclusão de que” (...) a culpa era de uma mentalidade, de um ambiente, de um conceito de vida humana que se reflectiram no sistema que se adoptou”.

O delito aqui torna-se mais grave. Não se tratou já só de verificar o mal, mas de lhe ajustar uma explicação filosófica. E acrescenta: “O Estatuto do Trabalho Nacional desconhece e nega a existência e uma cultura da classe operária, e negando-a a lei não pode atingi-la, ela escapa-se-lhe, e começa então o divórcio entre uma e outra e mais do que o divórcio a luta.” Muito construtivamente recomenda: “(...) o problema social só poderá solucionar-se ou encaminhar-se para uma solução no dia em que os próprios interessados, por eles mesmos, se resolverem a fazê-lo, tanto do lado patronal como operário”.

No terceiro artigo atreve-se a defender a revisão da lei e, embora por outras palavras, defender a liberdade sindical, no seguinte parágrafo: “Urge fazer-se uma revisão do Estatuto do Trabalho Nacional, adaptado à vida, às realidades sociais e às exigências de uma boa e leal colaboração entre os homens e as classes. Os sindicatos têm de ter em conta o direito natural que entrega aos membros de uma associação o direito de a dirigirem por eles próprios. Este ponto é fundamental para a eficácia das organizações”.

Pelo caminho da intervenção social entra, manifestamente, no caminho da teoria política. O princípio da liberdade sindical, exigindo para os membros de uma associação o direito de a dirigirem, não poderá deixar de se aplicar à socie-

dade civil em geral, do mesmo modo que a um simples sindicato.

O padre Abel Varzim tinha percorrido um longo caminho desde a adesão ao Estado Novo e à Constituição política de 1933, à organização corporativa e ao Estatuto do Trabalho Nacional. Agora considera tudo isso errado. Proclama a necessidade de um sistema em que a iniciativa e a responsabilidade sejam dos interessados, de organismos livres e não estatais, tanto de patrões como de trabalhadores, e indirectamente, aponta solução idêntica para os problemas administrativos e políticos. Transformara-se num social-democrata ou, antes, num democrata-cristão no sentido que esta designação tinha adquirido no pós-Segunda Guerra Mundial.

Ninguém escolhe o meio em que nasce, nem tem culpa das ideologias que orientam a sociedade em que faz a aprendizagem da vida. Mas poucos têm coragem e capacidade para os pôr em causa e porventura os abandonar quando a experiência, o raciocínio e o coração mostram que eles nunca foram bons ou deixaram de ser aptos para gerar a felicidade dos povos. Os que o fazem, os que mudam não por conveniência sórdida (“vira casacas” por falta de carácter) mas por imperativo de consciência, esses são grandes homens. Abel Varzim foi um destes.

Talvez tenham passado, também, pelo cadinho da sua consciência e da sua inteligência os factores religiosos que, mais do que quaisquer outros, deram sentido à sua vida.

Sacudido algum pó ou tiradas algumas teias de aranha inevitáveis nas sendas tradicionalistas, viveu segundo a espiritualidade de inspiração beneditina, em foco no seu tempo e que, com a doutrina do Corpo Místico de Cristo, se adaptava admiravelmente ao seu amor a Cristo e ao próximo.

Como sacerdote e como cristão não teve necessidade de mudar. Abraçou para sempre, com a alegria que cabe numa alma imensa, a sua vocação apostólica.

A salvação das almas dos operários é o assunto dos últimos cinco parágrafos de um quarto artigo, publicado n’*O Trabalhador* de 15 de Novembro, em que desenvolveu as últimas conclusões dos três antecedentes. Agora, como desde o princípio, para o padre Abel Varzim era a salvação das almas que estava em primeiro lugar.

13. O caso das homenagens dos comunistas

Já que escrevi acerca da evolução político-social de Abel Varzim, trato também de uma questão que mal mereceria referência se não fosse o relevo que lhe dá Domingos Rodrigues na biografia já várias vezes citada, fazendo-se eco da atoarda de que “os comunistas” teriam querido fazer acreditar que o antigo assistente da LOC se passara para o lado deles. Imaginar o biografado a aderir às teorias de Marx interpretadas por Lenine, seria tolice completa. Imaginar um comunista qualquer a confundir as ideias do padre Varzim com as da sua própria cartilha seria tolice ainda maior. Evoluir no sentido da democracia, como ele evoluiu, era

colocar-se, necessariamente, fora dos caminhos que levavam ao comunismo que a si próprio se classificava de ditadura. Isto são afirmações evidentes que não precisam de demonstração.

Varzim nunca repudiou nenhuma das suas opiniões expressas no seu livro *O Comunismo*. Mas não foi um anti-comunista primário, desses que pregavam a guerra santa contra a Rússia e esperavam que as bombas atômicas americanas caíssem sobre Moscovo.

Ele já em 1941 tinha escrito, em carta ao Presidente da Junta Central da Acção Católica: “não combateremos o comunismo com mentiras. Não levaremos Cristo às almas dos comunistas e dos simpatizantes, desconhecendo o anseio daquelas almas”». No jornal *O Trabalhador* de 5 de Junho de 1946, de sua pena, pode ler-se: “sim, como cristãos combatemos o comunismo. E como cristãos e porque o somos, amamos os comunistas nossos irmãos também”. Mas não ficou pelas palavras. O próprio Domingos Rodrigues escreveu na página 128 do seu livro: “(...) Por isso recebeu em Cristelo muitos políticos da oposição perseguidos pela polícia, oferecendo-lhes agasalho e por vezes facilitando-lhes a fuga.” É desnecessário dizer mais.

Que admira então que o reconhecimento de alguns comunistas tão agradecidos como admiradores, se tivesse tornado visível nas comemorações do 10º aniversário da sua morte? As homenagens de um comunista valiam tanto como as de um católico, a menos que aquele tivesse vindo, não para homenagear mas para difamar, com a informação ou a simples insinuação de que o homenageado, nos últimos anos da sua vida tinha mudado de credo. No entanto, eu não encontrei em nenhum dos críticos das homenagens qualquer afirmação concreta nesse sentido.

Domingos Rodrigues destaca o discurso do Dr. Pedro Soares, em Cristelo, em 25 de Agosto de 1974, começando por qualificar a homenagem deste como sincera e calorosa. Com a interpretação que faz depois, das intenções do orador, não se vê onde estaria a sinceridade, quando o mesmo é, a seguir, acusado de desvirtuar as intenções do homenageado. A terminar a referência ao acontecimento, o biógrafo transcreve, finalmente, algumas das últimas linhas daquele discurso, considerando-as revestidas de sofisma. “Que o seu exemplo frutifique entre milhares e milhares de homens que, como ele, crêem em Deus, para que edifiquemos juntos o mundo de justiça e de paz pelo qual ele sofreu e lutou”. É preciso andar à caça de bruxas para descortinar aqui algum malefício. Se o que preocupava Domingos Rodrigues era a palavra “juntos”, a semântica não impõe o sentido de que para a edificação de um tal mundo de justiça e de paz tenha de haver um só projecto e um só arquitecto. Mas se só um arquitecto estava na mente do Dr. Pedro Soares, esse só podia ser o único que ele cita naquelas quatro linhas: o Deus “em que crêem milhares e milhares de homens como Abel Varzim acreditou.”

Este testemunho de Pedro Soares foi, bem à letra, o desmentido categórico da hipótese de mudança de credo do P. Varzim, levantada e agitada por espíritos que, benevolmente, chamarei timoratos. O escândalo causado por manifestações de admiração e porventura de gratidão a Varzim por parte de alguns comunistas é, a

meu ver, idêntico ao escândalo causado às consciências puras de certos paroquianos da freguesia da Encarnação, perante o apostolado que aquele exerceu junto de meretrizes suas paroquianas também. No tempo de Jesus, diziam-se fariseus... E no Evangelho lê-se: “encontrando-se Jesus à mesa em sua casa (do publicano Mateus) numerosos publicanos e pecadores vieram e sentaram-se com ele e os seus discípulos”. E às objecções dos fariseus respondeu: “não são os que têm saúde que precisam de médico, mas os doentes. Ide aprender o que significa: prefiro a misericórdia ao sacrifício. Porque não vim chamar os justos mas os pecadores”». (Mateus 9, 10/13). E noutra passagem, a lição torna-se mais dura: “em verdade vos digo: os publicanos e as meretrizes preceder-vos-ão no Reino de Deus” (Mateus, 21, 31).

14. Lançamento da S.E.T. demonstra possibilidade de organização

A terminar o capítulo 9 deste artigo, escrevi que o padre Abel Varzim quando em 1947 voltou a falar da necessidade de organização, tinha novas ideias acerca daquilo de que falava. Na realidade, foi em 1947, exactamente entre a primeira e a segunda séries de *O Trabalhador*, que escreveu com mais clareza acerca deste assunto, na carta que escreveu a D. Manuel Trindade Salgueiro, que, como superior hierárquico imediato, era quem podia dar-lhe ou negar-lhe liberdade para iniciar qualquer acção. Este, perante o projecto de Varzim, fez-lhe a oferta já referida da propriedade jurídica do título do jornal. Suspeito de que foi um presente envenenado. Trindade Salgueiro possuía dados suficientes para esperar que o jornal caísse depressa e para saber que Varzim cairia com ele.

Contra o que esperariam, porém, o simples processo de angariação do capital necessário para o relançamento do jornal, provou que a “organização” era possível. Em curtíssimo lapso de tempo, reuniram-se 1200 assinaturas; não só 1200 nomes e endereços, mas 1200 militantes com o seu dinheiro metido no projecto. Estava aqui já uma boa base para qualquer projecto. Tanto bastou para que o Poder se sentisse incomodado e ficasse de atalaia. A Comissão de Censura e o Subsecretário de Estado das Corporações (o mesmo que Domingos Rodrigues diz ser íntimo do Presidente da Junta Central da AC) encheram-se de brios guerreiros.

O primeiro texto, o mais grave de todos, foi a circular propondo aos amigos da causa a subscrição das acções, seguida das 1200 respostas favoráveis que não podiam constituir segredo para os serviços da polícia política. O delito estava cometido e o castigo sentenciado. *O Trabalhador - Semanário do Povo* chegou às mãos dos ardinas em 15 de Janeiro de 1948. Era apenas uma sombra do que se faria com as primeiras provas que dias antes tinham sido entregues na Censura. Mesmo assim foi recebido com entusiasmo.

Ficou provado que era possível criar uma organização. Para tanto, o ideal e a obediência teriam de entrar em conflito.

15. Disciplina impede acção

Ao iniciar a actividade que esperava viesse a conduzir à realização dos seus ideais, o padre Varzim acreditava sinceramente que essa realização era possível e que os meios de que ia lançar mão seriam eficazes. Não olhava à pequenez real ou aparente desses meios, como é normal entre aqueles a quem, depreciativamente, costumam chamar idealistas. O certo é que este idealismo, apesar de paradoxal, ainda se mantinha quando já estava em adiantado desenvolvimento o processo que levaria ao seu afastamento de todas as tarefas que lhe tinham sido confiadas.

Depois de já ter sido privado do seu principal órgão de formação e influência (*O Trabalhador* – primeira série) em Dezembro de 1946, graças à intriga de uns e à hipocrisia de outros, ainda se atrevia a escrever, em carta ao Presidente da Junta Central da Acção Católica, datada de 26/4/47, as seguintes frases: “Quando chamo a atenção para o perigo em que estamos por não termos organizações adaptadas às exigências terríveis da actualidade – há anos que o venho fazendo – se me tomam essas palavras como uma confissão de falência de quanto eu tenho feito e sofrido pela classe operária!” “Apesar de todas as minhas misérias, incompetências e infidelidades à graça de Deus, eu posso afirmar a V. Ex. que por mim não temo. Eu sei que ainda posso, se me deixarem, juntar grande parte da classe operária à volta do meu nome. Eu sei que grande parte dos operários, em todo o país, me estima e está pronta a vir comigo para onde eu a chamar. Sei-o porque tenho milhares de cartas, de telegramas, de conversas a afirmar-mo. Sei-o porque quase todos os dias recebo a prova disso”.

Isto não era bazófia. Estas afirmações eram totalmente verdadeiras e as circunstâncias maravilhosamente propícias à criação de um movimento organizado, com um programa social e político que tivesse a acompanhá-lo o prestígio então imenso do padre Varzim.

Tinha terminado a Segunda Guerra Mundial. Tinham sido derrotados na Europa, para além dos Pireneus, todas as ditaduras e regimes autoritários de direita. A referência comunista tinha-se beneficiado com os êxitos militares, tecnológicos e culturais do país dos soviets, diminuindo, em muitos, o medo de soluções extremas. Crescia diariamente o número dos portugueses que despertavam do marasmo abúlico em que tinham mergulhado havia mais de vinte anos. Na Itália de De Gasperi, uma democracia cristã interventora e responsável, tornada partido político democrático socialmente progressivo, barrava o caminho ao partido comunista que, a ter dominado a Itália, viria a progredir para outros países ocidentais, provocando, provavelmente, a guerra entre americanos e russos por que suspirava muita gente que se julgava boa e até devota.

Apesar de Varzim, nesta carta, só se referir aos operários, sabia-se que não eram apenas estes que esperavam um sinal para se unirem à contestação pacífica do regime de partido único, sindicatos controlados e de contribuição obrigatória,

censura, polícia política, ineficácia económica, legislação social de vistas curtas. Os empresários que chocavam na lei do condicionamento industrial e nos monopólios estatais, e os intelectuais, mesmo muitos católicos, que viam cerceados todos os caminhos do desenvolvimento e do progresso social, cultural e científico, todos aguardavam uma nova via. Até o cardeal Gonçalves Cerejeira terá dito: “O Padre Varzim é a única pessoa capaz de desfraldar uma bandeira quando chegar o momento de o Estado Novo cair”¹⁰.

Naquela época o regime tremia. O chamado paternalismo, aliás totalitário (embora o cardeal, usando critérios restritos o não considerasse tal) já não era aceite na consciência da maioria dos portugueses, apesar da deformação produzida pela educação “no temor” recebida das instituições públicas, civis e religiosas. O instinto da liberdade regressava aos indivíduos e aos grupos sociais. Mal visto pela comunidade internacional, detestado pela grande maioria dos trabalhadores, naquela altura o salazarismo teria caído com um pequeno abanão.

“Ainda posso, se me deixarem, juntar grande parte da classe operária à volta do meu nome”, volto a transcrever da carta de Varzim a Trindade Salgueiro. Se este representante da Hierarquia, seu superior directo, o tivesse deixado, ele teria juntado forças talvez capazes de pôr Salazar fora de campo e aberto caminho para uma democracia cristã autêntica. Em 1947 toda a gente esperava que o regime, o corporativismo e o Chefe caíssem de um momento para o outro. Nessa altura só faltou quem desse um abanão.

Depois os interesses da política internacional mudaram de orientação, a polícia política aperfeiçoou os seus métodos e com o célebre discurso em que foi proferida a conhecida apóstrofe “ai dos agitadores” o regime foi relançado para uma segunda etapa que durou para além de um quarto de século. Assim se perdeu grande parte da semente lançada à terra.

Nos anos imediatos à saída de cena do “padre dos operários”, outros católicos de outros meios, preconizaram a passagem à acção política, a partir das organizações da Acção Católica mas encontraram o caminho vedado onde julgavam ser o ponto de partida. Era disto que se queixava, no artigo já citado o Eng. Rogério Martins (que foi dirigente da Juventude Universitária Católica nos anos 50), artigo em que escreveu entre outras coisas: “Daí que, o que nos ensinavam era: os leigos que querem agir na política que escolham a formação que entenderem (desde que não declaradamente hostil à Igreja e aos seus chefes); os membros convivendo organizados no alfofre “acção católica” que saiam dela, separando-se e indo cada um para o seu lado, seguindo isolados o seu caminho. De modo que se não diga que, em bloco, uma célula “acção católica” se transforma numa célula de acção política”. E acrescenta: “porque em Portugal não havia política livre, organizada, democrática. Para fazer política não se podia vestir o carácter depositor declarado e franco: fazê-lo era entrar na clandestinidade e no

¹⁰ Citação de *Abel Varzim Apóstolo Português da Justiça Social*.

subversivo. Dadas as boas graças do relacionamento Episcopado-Governo de Salazar, isso era anátema”. E foi assim que o sector católico em Portugal ficou, ao que parece para sempre, sem participação organizada na vida política do país, bastando-lhe, pelo menos aparentemente, encostar-se em cada momento à força política que lhe pareça mais favorável.

16. Luta final – suspensão de *O Trabalhador*

A 2ª série de *O Trabalhador*, como iniciativa editorial, foi condicionada pela censura, pelos ataques malévolos e caluniosos que eram de esperar mas não tão gerais e violentos e pelo terror que muitos ainda sentiam, motivado pela ideia de que tudo o que se dizia ou fazia em defesa dos operários era de inspiração comunista.

Com uma censura menos tirânica e com uma inevitável auto-censura, os outros obstáculos seriam ultrapassados. Esta era a esperança do padre Varzim e da equipa que reunira para tentar a grande aventura. Por meu lado injuriaria quem me atirasse com a previsão de que o jornal acabaria dentro de seis meses, como acabou.

Os primeiros números publicados, para além do entusiasmo que causaram no meio operário católico, tiveram aceitação pública que fazia prever o sucesso. No entanto, desde o primeiro número viu-se que a Comissão de Censura estava a actuar, não como quem queria impedir excessos mas expressamente usando o lápis azul para descaracterizar o jornal e reduzir o seu valor intrínseco.

O corte integral de artigos, a mutilação dos melhores para lhes retirar significado, a proibição de matérias completamente inocentes visavam o prejuízo directo e imediato, de ordem financeira, e a redução da capacidade redactorial. Visava a destruição do jornal pelo processo mais oculto. Não tivessem sido tão apressados e o processo resultaria.

A qualidade do produto baixava de número para número. Para além dos prejuízos causados pela inutilização dos textos e a quebra da qualidade do produto a vender, reduziam-se as possibilidades de combater as campanhas dos caluniadores e esclarecer os medrosos acerca da doutrina social da Igreja, que exige, sempre exigiu, justiça para os explorados, ao mesmo tempo que aconselha a estes a não violência nas acções reivindicativas.

O combate final entre os dois convivas das refeições das manhãs dos domingos em casa do Dr. Josué Trocado, uns anos atrás, Salazar e Abel Varzim, exigiu, pelos vistos, três assaltos: o assalto primeiro foi o da censura. Assalto nulo, dado que os efeitos não podiam ser tão rápidos como pretendiam. O segundo foi a demagógica, deturpada e caricata nota oficiosa do Subsecretário de Estado das Corporações que *O Trabalhador* foi obrigado a publicar ocupando uma quarta parte do espaço do número 5, de 14 de Fevereiro de 1948.

Qualquer pessoa que raciocinasse sobre o que ali se escreveu não precisava de ter lido os números anteriores para se dar conta de que todo o arrazoado do governante era oco, impertinente e mal intencionado. Em curto espaço, o padre Abel Varzim demonstrou a sem-razão da nota oficiosa, acrescentando para quem

tivesse dificuldade de entendimento, que, na mesma época, por mera demagogia, eram empregadas afirmações mais graves do que as de *O Trabalhador* numa publicação chamada Manifesto, órgão do movimento Acção Popular de que era presidente o professor Marcelo Caetano, que veio a ser sucessor de Salazar.

A nota oficiosa, no entanto, apesar do seu baixíssimo nível (classifica-se *O Trabalhador* de marxista, é quanto basta), produziu enorme quebra na venda do jornal. Havia medo de o comprar, de ser visto com ele, de ser denunciado ao patrão. Podia perder-se o emprego por ser assinante ou leitor. Aguardavam que o efeito demolidor da diminuição das receitas levasse rapidamente ao desaparecimento do jornal mas este aguentou mais do que a paciência deles. Tiveram de recorrer ao terceiro e último assalto.

Resolveram proibir a publicação, quando já tinham em poder da Comissão de Censura as provas tipográficas com que devia ser montado o número 26, com data de saída marcada para 10 de Junho de 1948. Apesar da má figura feita pelas autoridades, pareceu ter vencido o mais forte.

Abel Varzim, porém, e a sua equipa, consideraram vitória sua obrigar o Poder a mostrar a sua verdadeira face.

17. A LOC – da fundação ao desengano

A Liga Operária Católica foi o principal campo de acção do padre Varzim e o principal objecto da sua responsabilidade. Procuremos ainda, por isso, avaliar o mérito da LOC de 1934 a 1938, tentando achar resposta para duas perguntas essenciais. Correspondeu ela aos objectivos para que foi criada, ao projecto declarado do instituidor, utilizando os meios previstos, mantendo fidelidade aos ideais preestabelecidos? Dentro ou à margem deste quadro exerceu uma acção apreciável em algumas manifestações do progresso social, da cultura, da cidadania, da justiça social?

Importa antes de mais recordar qual foi o objectivo da criação da LOC. Por fazer parte de uma organização mais vasta, a Acção Católica Portuguesa, a LOC foi destinada a realizar num sector da sociedade, o dos adultos trabalhadores assalariados de conta alheia fora dos meios rurais, não outros mas os mesmos fins atribuídos à acção católica.

Evitando a multiplicidade dos textos relativos ao tema, atendo-me ao projecto esboçado pelo Eminentíssimo Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, no discurso ao clero sobre a “acção católica”, pronunciado em 19 de Novembro de 1933.

Em primeiro lugar concebe a “acção católica” como uma cruzada. À voz do Papa, os bispos portugueses, tal como os de outros países, empenham-se numa cruzada a travar “dentro das sociedades que ainda se dizem cristãs”. Esta cruzada é “a acção católica”.

Para a definir o Patriarca de Lisboa reproduz nos seus precisos termos, a definição adoptada pelo Papa Pio XI: “(...) a acção católica é a participação do laicado

católico no apostolado hierárquico. É uma missão sacerdotal agora confiada de uma maneira especial aos leigos”. É evidente que a LOC para não ser um movimento de traidores teria de aceitar e empenhar-se em realizar esta missão. Em poucas palavras Sua Eminência resumiu, a seguir, a natureza, o método e o objectivo da “acção católica”. “Trata-se de levantar em toda a parte o exército de Deus. Unir, organizar e mobilizar todos os que acreditam que Deus falou por Cristo e Cristo pela Igreja aos homens a fim de estender no mundo o reinado social de Nosso Senhor”.

União. Esta teria de ser feita “em torno dos báculos pastorais, em torno dos Bispos e ser tão ampla como a Igreja, abraçar o mundo inteiro”.

A seguir o discurso de Cerejeira apresenta uma novidade respeitante à organização, novidade que não encontramos nas palavras do Papa que acabara de citar. Embora a organização deva ser feita em torno dos Bispos, ela terá “um comando nacional supremo”. Fica assim a caracterizar a acção católica um tipo de organização centralista que não existia, nem passou a existir na hierarquia eclesiástica, em que cada Bispo depende directamente do Papa e não de um comando supremo nacional. Sublinho isto porque poderá pôr-se a hipótese de que tal forma de organização se conte entre as razões que explicam a reduzida implantação da Liga Operária Católica em algumas dioceses. Convirá, assim, não esquecer esta particularidade e recordar que o Patriarca de Lisboa foi o primeiro Presidente da Acção Católica Portuguesa.

O fim a alcançar já está igualmente afirmado na definição transcrita: “a fim de estender no Mundo o reinado social de Nosso Senhor”.

Não se trata apenas de converter os pecadores e salvar as almas individualmente. O “reinado social”, proposto visava também, evidentemente, a recristianização das estruturas sociais, das instituições, quiçá do Estado. O projecto era realmente grandioso. Para passar à prática é, porém, estranho que instrumento em que sobretudo se confiou ficasse reconhecidamente fora do âmbito da “acção católica.” Refiro-me ao Centro Académico de Democracia Cristã, de Coimbra. Embora este se não unisse à nova organização do laicato católico em que se tornaria participante da “missão sacerdotal agora confiada de maneira especial aos leigos”, foi aos membros deste Centro que o Patriarca confiou a missão de recristianizar as estruturas sociais e o Estado.

É certo que esta função, por natureza, tem muito a ver com a política, como a arte de governar os povos, e talvez fosse por isso e face ao conceito que os próprios tinham de política, que se mantiveram fora da acção católica. Contudo, cinco anos depois, o Patriarca exulta com os êxitos do Centro Académico de Democracia Cristã. Na inauguração de uma nova sede daquela associação, em 1939, pronunciou um discurso em que exclamou: “Lembro-me de ter dito numa das minhas Cartas aos rapazes do CADC que era preciso dar assalto a Portugal. E o assalto está dado. Não há terra portuguesa onde o incêndio não tenha che-

¹¹ Revista *Estudos*, ano XVI, nº 162, Dezembro de 1939; João Paulo Avelãs Nunes em *O CADC de Coimbra nos incícios do Estado Novo*.

gado; os filhos desta casa ocuparam já as principais posições de Portugal”¹¹.

Vista assim em boas mãos a orgânica do Estado (que se não era totalitário, como opinava o mesmo Patriarca, dominava, apesar disso, toda a actividade do corpo social) restava à “acção católica” uma missão mais restrita. Para além de uma nova ordem nas estruturas sócio-políticas confiada aos universitários católicos e depois do essencial que era de ordem estritamente religiosa, seria talvez ainda possível um outro campo de acção. O Cardeal Patriarca refere-se lhe no mesmo discurso que venho comentando. Pondo em causa a designação de cristã dada à sociedade de então interroga: “sê-lo-á quando condena à miséria injusta milhões de homens em proveito de um pequeno número?”. Parece que neste campo, o da justiça social, a Igreja e com esta a acção católica teriam ainda direito de intervir.

Desde o princípio da década de 1930, e sobretudo depois da publicação da encíclica “Quadragesimo Anno” em 15 de Maio de 1931, os meios católicos movimentaram-se, apesar do silêncio pessoal dos membros da Hierarquia, no que tomava, na realidade, o aspecto de uma cruzada. Leiam-se as páginas das “Novidades” de 1930 a 1933 e ver-se-á como o órgão oficial da Igreja dedicava uma boa parte do seu espaço, com ardor e com lucidez, às questões sociais. Ao mesmo tempo, começavam a surgir pela primeira vez em Portugal experiências de um sindicalismo católico autêntico, mas que veio a ter apenas cerca de três anos de existência. Quando este movimento já se afirmava como estrutura e expansão, chega Abril de 1933. Uma “Constituição” elaborada, posta em vigor e regulamentada por um ex-dirigente do Centro Académico de Democracia Cristã, seguida da imposição de um pseudo-corporativismo faz extinguir todas as organizações sindicais livres e cria os chamados sindicatos nacionais totalmente dependentes do poder político.

Com a aceitação pacífica, senão entusiástica, deste estado de coisas, passou também para uma instituição do Estado a missão de estabelecer, neste campo, o “reinado social”. Devia ficar em boas mãos, segundo se depreende da afirmação do Senhor Cardeal Patriarca feita no discurso de 18 de Novembro de 1933, quando referindo-se Cristo, declara: “sabemos bem com que ternura o adoram alguns dos que governam”.

Restava, somente, a acção estritamente religiosa e era só a esta que a Liga Operária Católica deveria dedicar-se como já antes se dedicava um bom número de associações piedosas.

Isto contudo não ficou bem claro. Afirmava-se mesmo o contrário. Na LOC, então, pensou-se que, cumprindo o dever de amar o próximo pela defesa da justiça social, não só por palavras mas também por obras e quando por palavras para fomentar as obras, também estaria a fazer-se apostolado, a preparar o Reino de Deus, a ajudar à salvação das almas.

Porque assim se pensou assim se tentou agir até 1948, apesar de toda a oposição que se encontrou, apesar da ausência total de apoio que fosse publicamente expresso, apesar dos erros pelo próprio organismo cometidos.

Depois da Constituição de 1933, perdida a legalidade do movimento sindi-

cal católico, a divulgação e quiçá defesa da doutrina social católica parece que deveria ter sido função do Episcopado directamente e não por interposta associação de “acção católica.” Este, porém, ficou calado, sentindo-se talvez refém de pobres ilusões ou de gratidão pelas aliás bem pequenas reparações recebidas pelas injustiças anteriormente suportadas.

Em 1949, perante o Conselho Geral da LOC e um novo assistente eclesiástico, o Senhor Patriarca achou, finalmente, oportunidade para denunciar o “equivoco que nos primeiros tempos da Acção Católica em Portugal, se criara à volta dos organismos operários, querendo dar-lhes uma feição de associação profissional, sem tomar em consideração já as circunstâncias do condicionalismo português, já a própria natureza da Acção Católica”¹².

A meu ver, a LOC nunca se atribuiu funções sindicais. Cometeu apenas um lapso irrelevante, quando a bem da justiça social implorou a Salazar a instituição do salário Familiar, lembrando que representava milhares de operários. Esta representação era social mas não tinha, nem de perto nem de longe, carácter sindical.

18. Um dos companheiros abandona a luta

Apesar de tudo isto, os homens de *O Trabalhador* não abandonaram a LOC quando foi afastado o Assistente de quem tinham sido cúmplices. Este parece-me ser um dos sinais mais evidentes da natureza da doutrinação do Padre Varzim. Eu permaneci e colaborei activamente na acção católica durante alguns anos. Que o diga Monsenhor Sezinando Rosa que substituiu Varzim e ainda vive. E fui o único a pedir demissão, anos mais tarde, por motivos bem diversos. Numa das campanhas eleitorais organizadas pela União Nacional, a participação eclesiástica atingiu um grau que não pude suportar. Escrevi a Sua Eminência, queixando-me do que via e ouvia por aí. Como seria de esperar (quem era eu?) não tive resposta nenhuma.

Algumas semanas depois, descendo a Avenida da Liberdade, em Lisboa, acompanhado pelo saudoso Manuel Alpiarça, ao passar em frente do Largo de S. José, vimos chegar junto de nós o Doutor José Sebastião da Silva Dias. Ali, vinha com certeza do elevador do Lavra, procedente, por certo, do número 43 do Campo dos Mártires da Pátria, de uma das suas visitas de trabalho com o Senhor Cardeal Patriarca.

Depois dos cumprimentos, perguntei-lhe: Senhor Doutor, o Senhor Patriarca falou-lhe da minha carta? Respondeu que sim. Então, insisti: achou-me violento, não? Silva Dias, que era amigo, encerrou o diálogo dizendo: “violento não, bruto”.

Então sim. Então e logo ali, pedi a demissão ao presidente que estava comigo, porque não me sentia unido ao bispo da diocese “num só coração e numa só alma” como exigia a divisa da Acção Católica.

¹² Maria Inácia Rezola, *O Sindicalismo Católico no Estado Novo*.

19. Pároco, poeta, homem de Deus

Os sete anos de pároco do Padre Abel Varzim, que só de muito longe acompanhei, terão sido um dos períodos mais admiráveis da sua vida e também dos mais dolorosos.

Domingos Rodrigues, na sua biografia que tenho citado, transcreve de uma carta datada de 8 de Novembro de 1963: “os meus maiores sofrimentos não vieram da acção católica. A Obra das Raparigas, essa sim, essa é que me fez beber o cálice da amargura”.

O seu zelo apostólico e a sua espiritualidade seriam, naturalmente, mais evidentes na acção paroquial de que na “acção católica”. O biógrafo investigou este aspecto da vida do biografado, juntando transcrições de escritos íntimos, testemunhos vários e uma pequena amostra da sua produção poética de temas místicos. Afinal Abel Varzim também era poeta. Outra coisa não era de esperar do homem que viveu tal vida. Recomendo a leitura dos últimos capítulos da obra de Domingos Rodrigues.

Entretanto, retranscrevo o testemunho empolgante de António Alçada Baptista, publicado no diário “A Capital” de 20 de Agosto de 1974: “O Padre Abel Varzim, esse não tinha funções: tinha uma alma escancarada ao mundo, como alguém que estivesse de pé, no fundo de um corredor da Terra, com os braços imensamente abertos, na certeza de que muitas dores dos homens iam fazer caminho por ali, quase sempre a pisar-lhe o coração (...). Aqueles que não conheceram o Padre Abel Varzim, por mais que se escreva, não o ficarão a conhecer. Porque aquilo a que se chamava “santidade” é qualquer coisa de inexplicável! É assim como uma espécie de loucura que tomava conta de um homem de Deus e cujo clarão que semeava ficava nos olhos de quem o via. E aquilo que fazia ficava perdido e espalhado pela poeira do tempo e só poucos ficavam a saber que era isso afinal que estava preparando o caminho por onde, um dia, hão-de passar os homens de boa vontade.”

Quis dar a minha opinião sobre o Padre Varzim e o seu tempo. Alinhei apenas alguns dados que considerei importantes. Dizer muito, dizer tudo em meia dúzia de palavras é privilégio dos poetas. Por isso não resisti a citar, como outros,